

Apresentação

Aqui, nesta revista, procura-se aguçar as armas da crítica.

Foi-se, porém, o tempo em que o meio da crítica – o trabalho intelectual na produção do conhecimento – estava livre dos controles quantitativos que, desde o século XIX, passaram a dominar nas grandes indústrias produtoras de mercadorias. Desde então, a opressão da gerência científica do trabalho não deixou de se expandir os seus domínios: do chão da fábrica para os escritórios, da produção de bens para a produção de serviços, do trabalho corporal para o trabalho mental, enfim, do tempo de trabalho para o tempo de não-trabalho diretamente subordinado ao capital.

Entretanto, não se está a afirmar que o trabalho intelectual já foi um dia totalmente livre nos últimos séculos. Isto realmente nunca aconteceu: o grau de controle pode ter sido maior ou menor, mas ele, como tal, sempre esteve presente. Assim, a liberdade de expressão apenas pode vicejar, limitadamente, nos interstícios da superestrutura da sociedade.

Na época moderna, dependendo do caráter do Estado e da classe que domina, duas estratégias de controle podem ser distinguidas: a governança burocrática e despótica e a governança mercantil e econômica. A primeira, às vezes sob o falso nome de socialismo e mesmo de comunismo, sempre empregou métodos diretos para controlar o trabalho intelectual: a censura, a proibição e a prisão. A segunda valeu-se dos mecanismos mercantis que são indiretos: o que não vende, não tem financiamento, não floresce, tende a morrer “espontaneamente”.

A governança econômica que prospera nas assim chamadas democracias liberais, porém, freqüentemente se mostrou insuficiente como forma de controle. E, nos momentos de crise, a governança despótica sempre reapareceu aí para mostrar o verdadeiro caráter do modo de produção como modo de dominação.

Atualmente, porém, a primeira trava uma batalha para aumentar o controle sobre a produção intelectual com base na mercantilização da atividade acadêmica. Ao invés de empregar o cronometro para medir o tempo, os métodos diretos de Taylor, utiliza-se para tanto da competição neoliberal, obrigando os pesquisadores a participar de uma corrida de ratos para publicar, para serem bem avaliados por instituições oficiais, para encontrar financiamento no setor público e privado, para receberem boas notas dos alunos encarados como clientes que incrementam o seu “capital humano”, etc.

É este, pois, o mundo em que se tem de viver. A *Revista da SEP*, porém, tem preferido não se adaptar, mas sim, protestar e contraditar. Segue, por isso, com a sua orientação editorial:

A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política tem publicado e continuará publicando artigos científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas sejam em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza. Em suma, ela discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, ademais, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento. Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a Revista da SEP mantém o compromisso de que os artigos recebidos serão sempre julgados isonomicamente, pelo critério da dupla revisão.

Nesse número, a Revista da SEP publica cinco artigos. O primeiro deles discute o fenômeno das fábricas recuperadas, pouco relevante quantitativamente no interior do atual sistema econômico, mas bastante importante como experiência excepcional que anuncia as possibilidades e dificuldades de fazer surgir um modo superior de produção em que os trabalhadores sejam em efetivo – e não apenas nos grandes discursos – livremente associados.

O segundo concentra-se em investigar a razão pela qual se observou um aumento significativo do grau de precariedade das condições de trabalho – e de vida – da classe trabalhadora, nas três últimas décadas. Defende a tese de que esse fenômeno é explicado pela transformação do “regime de acumulação” ocorrido no capitalismo, a partir dos anos 80 do século passado.

O terceiro artigo analisa a trajetória de desenvolvimento da Alemanha no pós-guerra. Se inicialmente foi possível construir – segundo ele – “uma economia sólida e uma sociedade justa”, com o fim da guerra-fria o sonho social-democrático se desvaneceu. O artigo mostra, então, como esse processo de dissolução produziu uma crise econômica, social e política cuja resolução histórica ainda não se descortinou.

O quarto artigo publicado contém um modelo analítico da tradição neoricardiana. Nele, o autor busca formalizar a relação entre inflação e repartição, tendo em mente a economia norte-americana após os anos 70. O quinto texto discute uma modalidade de organização social, o conselho de desenvolvimento, que é entendido por sua autora como um local de disputa de interesses e em que conflitam a sociedade civil, o setor privado e o setor público.

O Editor